

Gaúcho inicia campanha pela lei das 40 horas

Porto Alegre — Para contrapor-se à mobilização, na véspera, do empresariado gaúcho, contrário às 40 horas semanais e estabilidade após 90 dias no emprego propostas pela Constituinte, o deputado Paulo Renato Paim (PT-RS), anunciou a realização amanhã de um encontro de entidades populares. Visa planejar uma grande mobilização dos trabalhadores gaúchos em favor das novas medidas, e que inclui concentrações, atos públicos, abaixo-assinado e até colocação de cartazes e placas, na frente dos sindicatos, com nomes dos deputados que votaram contra as conquistas dos trabalhadores.



«Ironicamente, será a mobilização dos empresários gaúchos que vai acionar a mobilização popular, que anda muito parada na Constituinte», observou Paim, autor de várias das propostas aprovadas na Comissão de Ordem Social e agora rejeitadas pelos empresários. Ele pretende, progressivamente, a realização

de concentrações de trabalhadores, em cada capital do país, culminando, mais próximo do período de votação na Constituinte, com um grande encontro de sindicatos e entidades populares, em Brasília, com no mínimo cinco mil pessoas.

Lembrou que nos atuais trabalhos da Constituinte «a proporção é de um trabalhador contra cinco representantes do capital (desde UDR, banqueiros, empresários até de multinacionais)». Paim pretende, ainda, que nos próximos meses e até setembro, delegações de todos os estados, com comitativas de trabalhadores, se façam presentes continuamente no Distrito Federal. «Não vamos acumular muita gente, senão os deputados não conseguem trabalhar, mas teremos sempre delegações numerosas».

Amanhã, na sede da Federação dos Trabalhadores de Alimentação, dirigentes do movimento sindical gaúcho, CGT, CUT, sindicatos, OAB, entidades de direitos humanos, entre outras, fazem uma reunião para estabelecer as estratégias

dos trabalhadores, para defender a adoção das 40 horas semanais e da estabilidade no emprego. Uma das idéias, a ser proposta pelo próprio Paim, será o de cada um dos sindicatos e federações gaúchas colocarem placas ou painéis na frente dos seus prédios, com a relação, daqui para frente, dos deputados que votarem contra direitos e vantagens dos trabalhadores proposta na Constituinte. As listas negras serão publicadas também nos boletins dos sindicatos.

Paulo Paim sabe que no próximo dia sete de julho, no Parque de Exposições de Esteio, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul pretende realizar um grande encontro de mais de dois mil empresários, na sua mobilização contra as 40 horas e a estabilidade. «Precisamos mobilizar também os trabalhadores contra essas pressões do capital, que visa manter essa situação absurda de o Brasil, oitava economia do mundo, possuir um dos menores salários mínimos no mundo».

— O Brasil possui uma das maiores cargas horárias de trabalho no mundo.

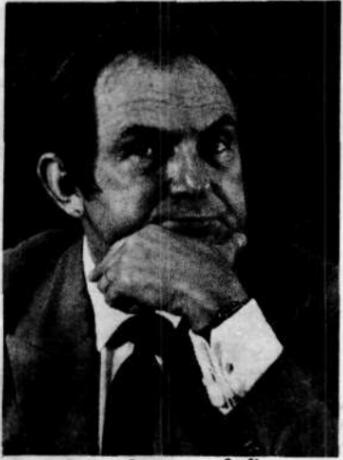
Cabral evita adiantar posição

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, não quer ainda adiantar sua posição sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas e a estabilidade no emprego aos 90 dias, afirmando que, devido ao cargo que ocupa, suas opiniões seriam interpretadas como proselitismo. Além disso, nessa primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização não será possível modificar o mérito das propostas aprovadas pelas comissões temáticas e, nesse caso, prevalecem tanto a redução para 40 horas da jornada, como a estabilidade no emprego aos três meses, já aprovadas na fase inicial da Constituinte.

Mas os relatores auxiliares, Joaquim Bevilacqua, do PTB, Adolfo Oliveira, do PL, e o senador Virgílio Távora, do PDS, comentaram o assunto. O deputado petebista opinou contrariamente à redução da

jornada para 40 horas, observando que a medida deve ser implantada progressivamente. Ele também não apóia a estabilidade aos três meses, acentuando ser o prazo insuficiente para a aquisição

Josemar Gonçalves



Cabral não se define

desse direito.

Já o senador Virgílio Távora manifestou-se contrário às duas fórmulas tal como elas foram aprovadas pela Comissão Temática e sub-comissão, opinando que a redução da jornada deve ser gradual, pois a economia do país não suportaria a sua adoção de uma só vez. Quanto à estabilidade, disse que deve ser adquirida num prazo razoável, ou seja, suportável pela economia nacional.

Mas Adolfo Oliveira, relator auxiliar do PL, explicou não ter ainda amadurecido uma posição com relação às questões, enquanto o deputado Siqueira Campos, do PDC, foi taxativamente contra ambas as medidas. Conforme o parlamentar goiano, o Brasil é uma nação jovem, que necessita ser construída através do trabalho, enquanto a estabilidade aos três meses lhe parece «absurda num país capitalista e democrático».

Arinos afirma que mandato de Sarney pode ser mudado

A Assembléia Nacional Constituinte tem plenos poderes para reduzir ao tempo que achar necessário, ou ampliar, o mandato do presidente José Sarney. Em tese, mas não juridicamente, ela só não pode extinguir o princípio federativo e a República. A explicação é do jurista e senador Afonso Arinos de Mello Franco. Ele esclareceu que carece de sustentação jurídica o mandato de segurança impetrado pelo prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Antônio Leone, contra a Mesa da Constituinte, para impedir a

redução nos mandatos eletivos.

«Pessoalmente — diz Afonso Arinos —, sou favorável a um mandato de cinco anos para o presidente da República. Ora, se a Constituinte não tivesse poderes para reduzir o mandato do presidente, muito menos ele. Tanto é que se a Constituinte não decidir pela redução do mandato de seis anos para o presidente Sarney, não é ele que poderá fazê-lo, como já declarou-se favorável pelos cinco anos. Para ficar somente este tempo, então, o presidente terá que renunciar a um ano de mandato».

Afonso Arinos adianta que não tinha conhecimento do mandato de segurança impetrado pelo prefeito Paulo Antônio Leone, de Nova Iguaçu junto ao Superior Tribunal Federal, mas acha que os juizes daquela corte deverão pronunciar-se negativamente, uma vez que ele não dispõe de sustentação jurídica. «Apenas em relação ao sistema federativo e à República deverá imperar o que se denomina chamar cláusula de superdireito, e eles deverão manter-se inviolados pela atual Assembléia Constituinte», conclui o jurista.

Juiz diz que Constituinte quer prejudicar Judiciário

Rio — Juizes de todo o país estão insatisfeitos com o projeto da Comissão da Organização de Poderes e Sistema de governo, da Constituinte, que estende aos defensores públicos, promotores e procuradores dos estados as prerrogativas até hoje exclusivas aos magistrados: a vitaliciedade, irredutibilidade de salários e inamovibilidade (não podem ser transferidos). Além disso, o projeto equipara os salários do Ministério Público (Poder Executivo) aos dos juizes (Poder Judiciário), prevenindo aumento automático, na mesma proporção dos reajustes dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

«Fomos surpreendidos por esses dispositivos do projeto. Ou eles pretendem enfraquecer o poder judiciário, ou criar três

novos poderes do Estado, além do Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses novos poderes seriam a Defensoria Pública, Procuradoria dos Estados e Ministério Público», advertiu ontem, no Rio, Hélio Augusto Silva Assunção, juiz da Primeira Vara de Falências e Concordatas e representante de Associação dos Magistrados Fluminenses. Segundo ele, «se todos forem autoridade, ninguém será autoridade; se tivermos de atender a essas prerrogativas estendidas aos membros do Magistério Público, os processos serão de extrema morosidade, porque o juiz já não será a maior autoridade. Um promotor, por exemplo, estará disputando a autoridade do juiz na própria condição de um processo. Se esse for de crime, o promotor,

com vantagens idênticas aos dos juizes, vai competir com o advogado de defesa em condições desiguais».

Assunção enfatizou que estas garantias constitucionais (as prerrogativas) pertinentes aos juizes «não foram inventadas por eles, mas foram criadas no século XVII, na Inglaterra, durante a luta contra a monarquia absoluta, e consolidadas pela constituição norte-americana que completa 200 anos. Elas, na verdade, são uma garantia para que a justiça atue de forma independente. Os juizes querem saber quais os critérios e argumentos usados pelos constituintes para decidir «vincular funcionários públicos e membros do Poder Judiciário» — afirmou Assunção.

Igreja estimula emenda popular

Rio — A arquidiocese do Rio de Janeiro lançou uma campanha para colher assinaturas das 225 comunidades paroquiais do Estado, que serão anexadas às propostas a serem encaminhadas à Constituinte, através da comissão de acompanhamento constitucional, organizada pela CNBB. As arquidioceses de todo o país estão desenvolvendo o mesmo trabalho, com base no documento aprovado pela CNBB durante o encontro dos bispos, realizado ano passado em Itaiçara.

No Rio, o assessor da comissão de apoio à Constituinte da arquidiocese, Tibor Sulic, informou que foram levantadas

seis propostas de anseio popular, que definem pontos como a família, educação, direito do trabalhador, direitos individuais, proibição administrativa e direitos humanos do prisioneiro. Há, ainda, uma proposta nacional sob o título «instrumentos de preocupação popular», que, em linhas gerais, permite às comunidades exigirem a introdução de um complemento da Constituição, após sua elaboração.

No âmbito educacional, a arquidiocese do Rio propõe o ensino religioso em todos os níveis, inclusive no ensino profissionalizante. O usucapião urbano também é uma proposta

da arquidiocese, que estende que, após dois anos de usufruto da moradia ou terreno, o invasor tem o direito a propriedade. Neste item, segundo informou Tibor Sulic, o documento estabelece que, na data de promulgação da Constituição, todos os favelados passam a ser proprietários do solo que habitam.

A arquidiocese espera colher cerca de 60 mil assinaturas em todo o Estado, até o dia 15 de julho, quando termina o prazo para a campanha. Caberá a CNBB decidir se as propostas de todas as arquidioceses serão encaminhadas a Constituinte separadamente ou se serão reunidas num só documento.

Presidente faz Aureliano rever Newton Cardoso

Belo Horizonte — O presidente José Sarney, ao desembarcar ontem, às 9h40, no aeroporto de Confins, comandando uma comitiva de 76 pessoas, promoveu uma reaproximação forçada entre o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, de um lado, e o governador de Minas, Newton Cardoso, de outro. Os três, que chegaram recentemente a trocar insultos, foram obrigados a se cumprimentar também em público.

Logo depois de descer do boeing presidencial, acompanhado de oito ministros e do governador de Brasília, Sarney foi cumprimentando as autoridades presentes, tendo a frente o governador Newton Cardoso. Atrás de Sarney vinham José Aparecido e Aureliano Chaves, que tiveram de trocar cumprimentos com o governador.

Aureliano Chaves, que vinha logo atrás de Aparecido, na pista do aeroporto, relutou por alguns segundos, mas acabou cumprimentando o governador de Minas, que há pouco mais de um mês o chamara de «cheque sem fundos». Aureliano naquela oportunidade xingou o governador de «microcéfalo e energúmeno».

Mas, a tentativa de aproximação não ficou só no cumprimento na pista do aeroporto de Confins, durante o rápido traslado do presidente, do boeing 373 para o «Búfalo» da FAB que o levou e a sua numerosa comitiva até Conceição do Mato Dentro, onde não puderam descer, por falta de teto. Sarney mandou que embarcassem no «Búfalo» todos os ministros e os governadores de Minas e de Brasília, mais alguns membros da comitiva, totalizando 21 passageiros. Os outros 25 embarcaram em outro «Búfalo» da FAB. Os dois aviões ainda foram escoltados por um avião «Brasília», levando médico e equipamentos para atendimentos de emergência ao presidente.

Marcada inicialmente para se realizar na base aérea de Belo Horizonte, a chegada do presidente a Minas deu-se no aeroporto de Confins, por motivos não explicados. Ali nenhum deputado federal ou estadual do PMDB e do PFL se encontrava para recebê-lo. Também os prefeitos de Lagoa Santa, onde se localiza o aeroporto, e de Vespasiano, cidade próxima, não compareceram. Com mandato eletivo mesmo, só o governador Newton Cardoso, o prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, e a vice-governadora, Júnia Marise. Na comitiva, vieram três deputados federais mineiros, um do PFL e do PMDB.

O aeroporto de Confins não teve sua rotina alterada pela chegada dos 76 membros da comitiva presidencial: os horários dos vôos domésticos não foram alterados e os passageiros sequer chegaram a notar a presença de militares da FAB que davam apoio logístico ao traslado presidencial. Como o aeroporto fica distante 45 kms de Belo Horizonte, no meio do mato, não apareceu qualquer popular para presenciar a chegada do presidente.

O mau tempo em Conceição do Mato Dentro durante todo o dia impediu que o presidente José Sarney participasse das solenidades do bicentenário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos. Ao retornar a Belo Horizonte, após sobrevoar durante 50 minutos o aeroporto de Conceição, o governador Newton Cardoso desabafou: «Deus escreve certo por linhas tortas». A ida do presidente havia sido promovida pelo seu adversário, José Aparecido.

O presidente decidiu almoçar no restaurante do aeroporto, com a comitiva. Foram 76 refeições, que custaram Cr\$ 39 mil 660, pagos pela presidência da República.

O governador de Brasília não escondeu a frustração: «Até parece que houve uma conspiração da natureza contra o Senhor Bom Jesus do Matosinhos», e minimizou o seu encontro com Newton Cardoso:

«Estamos em tempo de reza. Estamos rezando juntos e não há nenhuma incompatibilidade pessoal com o governador. Há uma posição política.»

O governador Newton Cardoso, que há alguns dias conseguiu, com bom tempo, levar o presidente Sarney a sua fazenda em Pitangui, declarou que a conversa que manteve com Aparecido e com o presidente Sarney foi sobre o bicentenário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos.

Como não pudemos rezar em Conceição do Mato Dentro, rezamos em Confins mesmo.